

## **ASPECTOS DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE TROMBAS E FORMOSO-GO**

Renato Dias de Souza- Mestrando-UFG

### **Resumo**

Neste artigo apresentamos alguns aspectos de um debate que já se tornou amplo na historiografia goiana sobre os acontecimentos de Trombas e Formoso. Discutimos as características gerais dessa luta social pela posse da terra e consideramos a condição do historiador como produtor que com seus valores, interesses, convicções e perspectivas se apropria de métodos a partir dos quais procura apreender os acontecimentos situados no passado. Entre os que fizeram esses esforços, no que diz respeito a Trombas e Formoso, estão Abreu, Carneiro e Cunha que tiveram aqui suas obras discutidas. Tratamos das possíveis mudanças no horizonte historiográfico sobre aqueles acontecimentos enquanto os desafios que se colocam aos futuros pesquisadores perpassam todo o artigo.

### **1-INTRODUÇÃO**

Na atualidade os acontecimentos que abalaram Goiás e chamaram a atenção de todo o país na década de 1950, a revolta camponesa de Trombas e Formoso, é um dos temas fundamentais da historiografia goiana e reuni um conjunto de obras que se dispuseram a discuti-los. Trata-se de uma produção que torna possível estabelecermos diversos pontos de interlocução para a compreensão dessas lutas sociais. Foram episódios que se desdobraram do avanço do capitalismo ao campo e por sua vez levou a práticas societárias antagônicas à sua reprodução. Um assunto que na atualidade chama a atenção pelas características específicas de contestação às formas tradicionais de compreensão da ação do campesinato na história.

Nosso objetivo é apresentar alguns aspectos de parte desta produção historiográfica e compreender as questões fundamentais colocadas aos pesquisadores que buscaram explicar aqueles acontecimentos. Nos possibilitando compreender o que foram os acontecimentos de Trombas e Formoso e as respectivas temporalidades e relações sociais em que estavam circunscritas essas produções. Visto que os envolvidos na revolta camponesa tinham interesses, valores, sonhos e expectativas próprias ao seu tempo tanto

quanto os historiadores e literatos que escreveram sobre eles não estavam isentos da temporalidade distinta em que produziram.

O que não quer dizer que toda historiografia seja estritamente uma versão de acontecimentos aos quais não se pode voltar, ou seja, produção “presentista” que não tenha qualquer relação com as questões do passado que pretenda elucidar. No entanto, não está isenta da temporalidade própria ao pesquisador e distinta do período da luta social de Trombas e Formoso. O que não impossibilita a tradução por parte do produtor dos aspectos fundamentais para compreensão do que foi essa revolta camponesa. Na realidade é a condição indispensável para a apresentação de uma versão teórica, ou seja, coerente com os acontecimentos situados no passado e contrária às versões ideológicas que se distanciam do que ocorreu na vida daqueles homens e mulheres na sua luta pela posse da terra.

As explicações para as relações sociais, a produção historiográfica, que melhor se aproxima dos acontecimentos do passado são aquelas que consideram integradas as diversas esferas da vida social. O que nos leva a falar do tempo que em Trombas e Formoso se estabeleceu uma grande luta pela posse da terra mas também do tempo específico em que foram escritos os relatos sobre esta. Essas são obras que nos situam quanto ao Partido Comunista Brasileiro, seus intelectuais, a história de Goiás, a questão agrária, e a relação entre partido político e camponeses. Esse último aspecto é o que mais enfatizamos na leitura dessas historiografias por considerá-lo fundamental na compreensão das revoltas camponesas.

Trombas e Formoso foi a maior revolta camponesa da história de Goiás e na atualidade os pesquisadores tem se reencontrado com a utopia através das suas discussões. Os anos que mais chamam a atenção na vida dessa população do que era o médio norte do estado estão situados entre 1950 e 1964. Na atualidade há duas cidades no interior de Goiás com os nomes de Trombas e Formoso. No entanto, os conflitos agrários que na segunda metade do século XX causaram tanta repercussão se estenderam por uma região maior que a correspondente a esses atuais municípios.

Estavam envolvidos camponeses vindos de vários lugares do país atendendo às expectativas criadas pela Marcha para o Oeste. Chegaram a Trombas e Formoso

acreditando ter encontrado o lugar onde dariam continuidade a sua existência e foram surpreendidos pela ação dos grileiros. Tiveram que resistir aos assédios pela cobrança do arrendo e manter a posse da terra<sup>1</sup>. Destacando-se a liderança de José Firmino na região de Formoso, de José Porfírio em Trombas e o caráter coletivo das reivindicações dos camponeses. O que podemos verificar através da historiografia de Cláudio Lopes Maia. Os grileiros esperavam que os novos imigrantes preparassem a terra para o plantio e colheita para depois surpreende-los com a cobrança do arrendo (CARNEIRO, 1988). Sua duração entre 1950-1954 é para muitos historiadores e literatos demarcada pela busca do amparo estatal e a manutenção da posse dentro do direito burguês instituído.

No entanto, isso se deve as análises historiográficas que determinam como locus primordial da política a cidade e as instituições nascidas na modernidade. Caracterizando o camponês como pré-político e atrasado, ou seja, incapaz de manifestações de cunho político e de contraposição ao capitalismo. Essas fundamentam suas análises na política de institucionalidade formal e burocrática. Numa perspectiva linear de desenvolvimento em que a ação do campesinato é circunscrita às noções de cidadania, Estado e demais formas de participação política hegemônicas pela burguesia. Desse modo, a interpretação das fontes, estará mediada por uma concepção restritiva quanto a potencialidade política das práticas camponesas.

O acirramento das disputas pela posse da terra entre camponeses e grileiros levou a um segundo momento caracterizado pela resistência armada a expropriação e a chegada do Partido Comunista Brasileiro na região. Esse foi um agente de mediação na experiência de Trombas e Formoso, ou seja, enviou membros que tivessem origem social camponesa para onde já havia se constituído um grupo social de interesses comuns na luta pela posse da

---

<sup>1</sup> Na historiografia sobre Trombas e Formoso esse primeiro período é caracterizado como uma luta dentro dos limites da legalidade jurídica e pelos títulos de propriedade da terra. O que reforça o caráter economicista e pré-político das manifestações camponesas. Sugerindo que a chegada do Partido Comunista Brasileiro na região é que teria levado à organização da revolta armada. Essa perspectiva era um consenso na historiografia sobre a revolta no médio norte goiano. Porém, a tese de doutorado em história pela Universidade Federal de Goiás, *Os Donos da Terra: A Disputa pela Propriedade e pelo Destino da Fronteira- A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*, de autoria de Cláudio Lopes Maia (2008) questiona a validade desse período ser considerado uma corrida por títulos de propriedade e caracteriza o sentido da posse da terra na vida do camponês como uma luta política e não limitada ao economicismo que lhe é atribuído.

terra e o que ela significava. Então, a movimentação e a ação do campesinato antecede a chegada do partido e demais agentes de mediação, colocando em questão a caracterização desses como indispensáveis para a transição da passividade à resistência de Trombas e Formoso<sup>2</sup>.

Nas análises sobre Trombas e Formoso considerar o tempo linear e moderno da cidade e o campo como lugar do tempo cíclico e da tradição ignorando a relação entre esses e sua ambivalência levam os agentes de mediação alinhados ao projeto de modernização capitalista, como o Partido Comunista Brasileiro, a considerar as lutas dos camponeses contra a possibilidade de aferição da renda capitalista da terra e pela sua posse como pré-política e economicista.

Os acontecimentos de Trombas e Formoso foram marcados por um processo de modernização capitalista caracterizado pela conflitividade, ou seja, camponeses antagonizando-se a aqueles que queriam consolidar um mercado capitalista de terras. Então, mesmo as formas tradicionais de produção do campesinato e a resistência a aferição de uma determinada renda da terra assumem características que escapam a esfera estrita da produção e assume os imperativos políticos de uma resistência contra a expansão capitalista.

Esse período foi encerrado pelas conquistas decorrentes da resistência armada nos moldes em que os camponeses buscavam a sua manutenção na posse da terra. Levando a um terceiro momento conhecido como “República Camponesa de Trombas e Formoso”. Onde as formas de auto-organização podem ser reconhecidas como uma conquista que se

---

<sup>2</sup> Essa caracterização do PCB como um agente mediador em Trombas e Formoso pretende acentuar que sua chegada na região se dá após a constituição de uma sociabilidade camponesa que diante da violenta ameaça de expropriação aproxima os posseiros no seu interesse fundamental de manutenção da posse da terra. Portanto, quando estabelecem suas posses e começam a trabalhar junto com os camponeses encontram ali homens e mulheres que passaram por experiências comuns que elaboraram sua consciência de classe. No entanto, os membros do partido deslocados para essa ação também eram de origem social camponesa e em alguns momentos isso os colocou em contradição com as determinações de instância político-programáticas. Porém, não podemos tomar partido e movimento camponês pela homogeneidade da participação conjunta na revolta. Há na luta dos camponeses o objetivo da manutenção da posse da terra e das relações sociais horizontais e contraditórias que isso representava. Enquanto aos membros do Partido Comunista Brasileiro eram acrescentadas preocupações específicas que não podem ser automaticamente estendidas aos camponeses. O termo “agentes de mediação” objetiva sempre guardar certa distinção entre os camponeses membros do partido e os não-membros.

deve a aspectos tradicionais das populações camponesas que são conseqüentemente instrumentalizados pelo Partido Comunista Brasileiro.

Nesse período os revoltosos exerceram o “poder social” na região como forma de organização política apropriada ao atendimento das necessidades naturais e históricas dos camponeses através da participação direta nas decisões acerca da vida social. Esse foi possível devido ao processo de formação de uma consciência de pertença no acirramento da luta de classes que secundarizou a presença de membros do partido e posteriormente levou ao desaparecimento dessa diferença na história narrada por participantes da revolta alguns anos depois. Levando a construção de consenso quanto a importância das formas de associação coletiva, como por exemplo, os Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores e ao reconhecimento das contradições entre a perspectiva vanguardista de partidos leninistas-stalinistas como o Partido Comunista Brasileiro e as práticas sociais estabelecidas nesse período em Trombas e Formoso, tanto na memória de envolvidos na revolta como na historiografia.

Esse caráter amplo da luta, que não foi caracterizado pelos projetos políticos tradicionais de tomada do Estado mas pela realização de ações locais que tinham como fim atender as suas necessidades fundamentais de existência, foi derrotado pelo esgotamento das condições de isolamento da região e sua integração político-institucional ao governo estadual no início da década de 1960. Essa integração com o “mundo externo” se deve sobretudo ao Partido Comunista Brasileiro como agente de mediação. Tanto nos momentos mais radicais de luta armada com o fornecimento de armas quanto nas iniciativas de integração ao mercado capitalista após o período mais intenso de conflitos na região. O que demonstra que o partido adaptou-se a dinâmica da luta tanto quando essa era fundamentada na radicalidade anticapitalista como quando com a “pacificação” a preocupação foi de integrar-se ao mercado.

No interior desse momento dos “posseiros no poder” e da posterior integração político-institucional se iniciara a desestruturação das relações estabelecidas a partir dos Conselhos de Córregos e da Associação de Lavradores que seriam completamente destruídas em um quarto momento com o golpe militar de 1964 e a repressão ao

movimento. A garantia da posse da terra, principal demanda do camponato, teria colaborado na desestruturação das relações que possibilitaram as histórias acerca de uma República Camponesa. No entanto, a ação do partido político na integração político-institucional, na eleição de José Porfírio, na promoção da sindicalização e nos planos de formação de uma cooperativa só podem ser compreendidos se consideradas as mudanças pelas quais o Partido Comunista Brasileiro começará a passar em 1958 com a Declaração de Março.

Havia também uma base social favorável às demandas específicas apresentadas pela burocracia partidária e a posse da terra, que para o camponês não é caracterizada como a entrega do título definitivo, mas pelas condições de tranqüilidade para produzir instauradas na região que os levava a vislumbrar a integração ao mercado capitalista. A expansão das condições gerais de produção capitalista que levava o grileiro a querer instituir ali um mercado de terras posteriormente levaria o camponês a pensar que trabalharia para si mesmo e aferiria lucro da produção. Não se davam conta de que aquelas novas condições levariam a desestruturação das relações nos Conselhos de Córregos e na Associação de Lavradores, priorizadas nos períodos mais intensos da luta e no exercício do “poder social” na região.

O movimento camponês em Trombas e Formoso perdeu em potencialidade ao se secundarizar formas tradicionais de organização camponesa quando o Partido Comunista Brasileiro se voltava para às demandas “superiores” da política-partidária e agia como mediador que criava as condições gerais de produção necessárias ao desenvolvimento do capitalismo na região<sup>3</sup>.

Essa história da expansão capitalista ao campo no caso de Trombas e Formoso é caracterizado por um primeiro momento em que o camponês luta para ter direito a posse da

---

<sup>3</sup> A nova situação da região, a “pacificação”, acompanhada da propriedade privada da terra por parte dos camponeses acrescida da integração ao mercado capitalista. Essa última relacionada a ação do Partido Comunista Brasileiro em âmbito nacional. Onde se passou a priorizar com a Declaração de Março de 1958 a ação junto aos trabalhadores rurais assalariados e condenou-se o Manifesto de Agosto de 1950 como sectarismo e “principismo”. Chamando a atenção para um novo alargamento do possível leque de alianças entre as classes. Repercutiram nas ações dos membros do partido em Trombas e Formoso que foram paulatinamente se alinhando a criação das condições gerais de produção capitalista necessárias quando este modo de produção conseguiu subordinar a produção camponesa em Trombas e Formoso.

terra como meio do seu trabalho e sustento. Tendo como objetivo se fazer proprietário individual para se livrar das relações de parceria, peonagem, camaradagem e demais formas possíveis de submissão a um outro proprietário. Essa luta contra a aferição de uma determinada renda da terra por aqueles que queriam instituir ali a terra como mercadoria, os grileiros, foi nesse momento um entrave ao capitalismo. Em um segundo momento o capitalismo poderia conseguir a inserção da propriedade individual camponesa na lógica capitalista a partir da subordinação da produção dos camponeses às determinações do mercado e sua inserção político-institucional. Foi o que ocorreu após as condições de “pacificação” e na medida em que os conselhos e associação vão tendo seu caráter de participação, proteção e trabalho comum substituídos pelas demandas individuais da propriedade privada dos meios de produção.

Nesse momento o caráter expansivo e universalizante do capitalismo faz predominar seus imperativos a região que pretendia integrar ao seu modo de produção. O que segundo Marx já havia ocorrido na Europa;

O regime capitalista aqui [Europa] ou submeteu diretamente toda a produção nacional ou, onde as condições estão menos desenvolvidas, controla pelo menos indiretamente aquelas camadas sociais decadentes que pertencem ao modo de produção arcaico que continua existindo ao seu lado (MARX, 1988, p. 285).

Tratava-se de um processo de integração do médio norte de Goiás às mudanças na economia nacional, segundo o historiador Barsanufu Gomides Borges (2000) consolidada na década de 1960, que contou com a ação de diversos mediadores e suas demandas nacional-desenvolvimentistas na criação das condições para a produção capitalista consideradas historicamente pelos partidos da esquerda institucional como uma etapa transitória para o socialismo. Onde o desenvolvimento das forças produtivas era um anseio do Partido Comunista Brasileiro não só a nível de Comitê Central mas também estadual, nesse caso, os membros de Trombas e Formoso apostando nas mudanças iniciadas no

partido em 1958 se adequará a expectativa de uma transição paulatina para o socialismo ao invés do “sectarismo” do Manifesto de Agosto de 1950<sup>4</sup>.

Enquanto antes do golpe militar se concretizar os compromissos a nível local, estadual e nacional do Partido Comunista Brasileiro vão entre outros motivos minando as formas de organização anteriormente instaladas na região. Tratava-se da atuação de um agente de mediação que ao garantir a posse da terra junto aos camponeses conforma-se a uma integração institucional que defendia um tipo de capitalismo característico do desenvolvido na Europa, portanto, anti-latifundiário e antiimperialista. Numa perspectiva em que aquela era uma etapa fundamental para a superação do atraso do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo brasileiro e posteriormente a chegada ao socialismo.

Em questão está a participação do partido na revolta camponesa e a auréola oriunda do rótulo “comunista”. Esse geralmente leva a identificação do partido com a defesa dos interesses dos trabalhadores. No entanto, por outro lado, não se deve caracterizar romanticamente o campesinato e ignorar os limites das suas manifestações na edificação de projetos contestatórios ao capitalismo. Deste modo, na crítica a ênfase dada pela historiografia ao partido como o agente modernizador que levaria a consciência ao campesinato, não se deve reproduzir dualismos que atribuam a qualquer um desses uma condição idílica e a-histórica. Essas análises dualistas atribuem ao camponês incapacidade política, ignorando o processo de burocratização dos partidos políticos após a Segunda Guerra Mundial, e a impossibilidade de construção de formas duráveis de auto-organização sob a sua liderança.

---

<sup>4</sup> O golpe militar foi emblemático na desintegração do movimento e das suas formas de organização. No entanto, nossa definição do partido como um dos agentes de mediação que teriam antecedido os militares na desintegração das práticas sociais dos Conselhos de Córrego e da Associação de Lavradores se deve a esse ter mantido sempre a sua distinção como instituição burocrática enquanto os camponeses não tinham demandas políticas que ultrapassassem o interesse na posse da terra. Porém, esse interesse imediato pela posse da terra fez com que muitos atribuíssem às suas manifestações caráter pré-político por não vislumbrarem a tomada do Estado ou a “Revolução Brasileira”. No entanto, essas análises ignoram as possibilidades de uma atuação política contestatória fora dos espaços institucionais característicos da modernidade. Trata-se de uma concepção estatizante que tem como fim da sua prática política a tomada do Estado e a organização da sociedade a partir “do alto”, ou seja, uma perspectiva que naturaliza a existência do Estado e circunscreve as transformações sociais a ação dos seus agentes. Não admitindo a possibilidade de que essas possam ocorrer fora do âmbito estatal através de comunas, conselhos operários, conselhos de córregos, associações etc.



Essa preocupação tem levado os acontecimentos acerca de Trombas e Formoso a ser exaustivamente revisitados e pretendemos nos juntarmos às contribuições. Na análise da historiografia sobre esse tema temos como horizonte que o conhecimento dos fatos empíricos permanecem abstratos e superficiais se não forem integrados ao conjunto de que é parte constituinte, pois, o pensamento e a obra de um autor não podem ser compreendidos em si mesmos (GOLDMANN, 1967, p. 7-8).

Tomamos a historiografia como “fonte” devido a sua condição historicizante imanente, pois, são produtos de historiadores em determinadas condições sociais. Na esfera da cultura, dizem respeito às produções intelectuais, situadas na dinamicidade da sua relação com a sociedade. Não sendo possível explicar o processo que levou a sua constituição se nos fundamentarmos nas perspectivas empiricistas que dicotomizam “sujeito” e “objeto”, portanto, autor e obra. Então, por mais que a produção historiográfica aqui discutida tenha pretendido apresentar-nos o que foram os acontecimentos de Trombas e Formoso elas também falaram da temporalidade específica em que foram produzidas; o contexto caracterizado pela ditadura militar e pelo processo de redemocratização.

## **2. OS HISTORIADORES E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

Na historiografia goiana o tema de Trombas e Formoso está cada vez mais em pauta e destaca-se pela complexidade que cerca esses acontecimentos e suas interpretações. Há necessidade de um recorte metodológico se quisermos colocar em debate os aspectos que expressam. Então, priorizamos a relação entre partido político e camponeses traduzidas por essas obras como modo apropriado para fazê-lo. O que está vinculado a uma concepção historiográfica em que o objeto dessas produções, a história, é produto das relações entre os seres humanos e o mundo circundante na busca de satisfação das suas necessidades. Um processo inconcluso, em potencial, e marcado por profundas tensões. Onde a produção historiográfica é expressão das múltiplas determinantes constituidoras do concreto. “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”

(MARX, 1982, p. 14). Distorcendo ou aproximando-se, conforme os limites da análise, da apreensão dos acontecimentos narrados aos seus leitores.

Considerar as necessidades naturais e históricas dos sujeitos que fazem a história e os limites que encontram suas ações é indispensável para que possamos compreender a complexidade das lutas sociais de Trombas e Formoso, sob o risco, de ao ignorá-las incorreremos em reducionismos acerca do significado ou dimensão tanto das condições materiais de existência como das suas representações. Nos levando ao fetiche do desenvolvimento autônomo das forças produtivas ou das idéias como uma das formas de naturalização das relações sociais<sup>5</sup>.

Não é possível desvincular o historiador da condição de sujeito no processo produtivo, como diziam Marx e Engels (2003, p. 119)

em sua ingenuidade crítica, o senhor Bruno [Bauer] separa 'a pena' do sujeito que escreve do próprio sujeito que escreve, na condição de 'escritor abstrato' do homem histórico e vivo que escrevia. E, dessa maneira, pode se exaltar acerca da força maravilhosa da 'pena'

Compreender a produção historiográfica sobre qualquer acontecimento é possível se considerarmos o escritor concreto ao invés de um suposto “escritor abstrato”.

Deve-se considerar que a relação entre os intelectuais, filósofos, historiadores, literatos etc e as classes sociais que representam é muito mais complexa do que qualquer

---

<sup>5</sup> Essa perspectiva levou o Partido Comunista Brasileiro a tratar como inevitável a proletarização do camponato. No entanto, não foram os únicos a fazê-lo. Porém, o que questionamos é a adoção desta tese sem as devidas considerações ao processo social que estava em desenvolvimento no campo brasileiro. Não se tratava de uma leitura da realidade brasileira, ao contrário das análises de Marx que sempre consideravam as especificidades das realidades analisadas, mas da transposição da análise de outras realidades históricas a uma base social diferenciada. O que nada tem haver com o materialismo histórico dialético adogmático, anti-dogmático, e crítico (KORSCH, 1966). Constituindo um “marxismo vulgar” etapista em que a superação dos restos feudais no país, a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento das forças produtivas, eram indispensáveis para se dar o próximo passo; o socialismo. No entanto, se os posseiros de Trombas e Formoso pensassem desse modo e não tivessem lutado pela condição de camponeses que vinham constituindo teriam logo se sujeitado ao pagamento do arrendo ou continuado a trabalhar como parceiro, camarada, meeiro, ou seja, sob o mando dos grandes proprietários. Uma perspectiva historicizante, materialista histórica-dialética, não nos possibilita naturalizar o que se constituiu socialmente. Determinações apriorísticas ou aplicação de modelos afasta-nos da explicação dos acontecimentos de Trombas e Formoso e nos leva a aceitar as versões instituídas pela historiografia, como ficções arbitrárias, que nada tem haver com a realidade, ou explicações definitivas para a ação de camponeses, partido político e demais sujeitos em questão.

teoria mecanicista poderia supor. Karl Korsch, marxista alemão, ao analisar a relação entre marxismo e filosofia e o comportamento de filósofos e historiadores representantes da burguesia quanto ao marxismo nos dá um exemplo da complexidade dessas relações;

A classe no seu conjunto- diz Marx no 18 do Brumário, onde se debruçou um pouco mais profundamente sobre esta relação – cria e forma, a partir das suas 'bases materiais', toda uma 'superestrutura e diversas sensações, ilusões, modos de pensar e concepções da vida particularmente configurados' e a filosofia da classe em questão pertence, primeiro, pelo seu conteúdo e, no fim de contas, também pela sua forma à superestrutura assim 'condicionada pela classe', como parte particularmente afastada da 'base material, econômica'. Se queremos compreender 'de forma materialista e, portanto, científica', no sentido que Marx dava a estas palavras, a total incompreensão dos historiadores da filosofia perante o conteúdo filosófico do marxismo, não podemos, pois, contentarmo-nos com explicar este facto diretamente e sem qualquer mediação a partir do seu núcleo 'núcleo material' (a consciência de classe e os interesses, 'em última instância, econômica, a ela subjacentes). Temos pelo contrário, que indicar em pormenores as mediações que permitem compreender porque é que mesmo os filósofos e historiadores burgueses que julgam procurar investigar com a máxima 'imparcialidade' a verdade 'pura' tinham necessariamente que negligenciar por completo a essência da filosofia contida no marxismo ou só fazer dela uma idéia muito incompleta e equívoca (KORSCH, 1966, p. 71).

Na análise da historiografia sobre Trombas e Formoso não poderíamos subestimar o papel que historiadores desempenharam na sua busca por reconstrução do que foram aqueles acontecimentos. Passamos às considerações acerca de algumas destas historiografias. No entanto, não estarão incluídas neste artigo toda a vasta produção sobre aqueles acontecimentos, mas algumas que já nos possibilitam colocar em questão alguns dos aspectos desse debate historiográfico.

### **3. HISTORIOGRAFIAS SOBRE TROMBAS E FORMOSO**

#### **3.1- SEBASTIÃO DE BARROS ABREU- HISTORIOGRAFIA DE UM DISSIDENTE DO PARTIDO QUE REVISITA SUAS MEMÓRIAS**

Sebastião de Barros Abreu e José Godoy Garcia tiveram participação indireta na revolta de Trombas e Formoso. Eram “quadros” do Partido Comunista Brasileiro da cidade

de Goiânia que davam sua contribuição na assessoria jurídica ao movimento. O primeiro foi autor de *Trombas- A Guerrilha de Zé Porfírio* (1985) e o segundo da obra literária *O Caminho de Trombas* (1966). Neste artigo por nos ocuparmos da historiografia só discutiremos a obra de Abreu que também tem caráter memorialístico sobre esses acontecimentos. No entanto, cabe ressaltar que quando publicou esse livro já estava afastado das fileiras partidárias.

Trata-se de críticas incipientes dirigidas por Sebastião de Barros Abreu a posição do Comitê Central diante da revolta camponesa de Trombas e Formoso e o reforço da atuação do Comitê Estadual que pode nos servir de ponto de partida para questionarmos o papel de instituição burocrática do partido político nas revoltas camponesas. No entanto, pautarmos a intensidade da auto-organização dos camponeses e a potencialidade política das suas práticas pelos parâmetros herdados da ação jurídica do produtor dessa historiografia dificultaria reconhecermos os elementos de burocratização que reproduzem a sociedade existente nas ações do partido em que atuava. Então, o autor mesmo como dissidente não abandonou o pragmatismo estatizante da geração pecebista que pretendia tomar o Estado e fazer a sua “Revolução Brasileira” e não foi capaz de dirigir uma crítica ao partido como instituição ou instrumento de luta.

Como o nome da obra já diz, *Trombas-A Guerrilha de Zé Porfírio*, Sebastião de Barros Abreu aponta como a grande liderança do movimento o camponês José Porfírio que agiu com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (ABREU, 1985, p. 10). No caso, ao eleger como a grande liderança o camponês ele se posiciona na perspectiva antagônica a Paulo Ribeiro da Cunha, por exemplo, que como veremos inverteria a equação; o partido lidera e o camponês apóia.

No início da década de 1950 os posseiros tiveram os primeiros problemas com a grilagem e a luta foi crescendo em intensidade. Esse autor retoma a chegada na terra como a realização de um objetivo a muito esperado e faz-nos uma descrição de quem eram os homens e mulheres que ali se estabeleceram (ABREU, 1985, p. 17). Destaca que o medo de perdê-la levava a um forte sentimento de solidariedade (ABREU, 1985, p. 23). Nos levando a dar passos na compreensão de que o movimento inicial não foi o da conscientização por

parte do partido para que os camponeses resolvessem se armar, mas de uma luta que surge fora do controle do Partido Comunista Brasileiro.

Na verdade, são as condições concretas a que se está submetido que leva à conscientização. O que quer dizer que resistir armado é buscar a manutenção de todo um modo de vida. Trata-se da reatividade à expansão do capitalismo, sentida intensamente após a instauração das relações de exploração, porém, residualmente estendida aos camponeses. No entanto, a historiografia de Abreu abandona a crítica política ao partido e passa a dar importância a participação da UDN no processo, a proposição de uma CPI para investigar a questão da terra na assembléia legislativa de Goiás, e ao direito instituído acerca das condições jurídicas para se ser proprietário das terras.

O combate de Abreu em *Trombas-A Guerrilha de Zé Porfírio* é contra os grileiros que usurpavam a lei. Não situa a reação do campesinato a apropriação da renda da terra por parte dos grileiros no conjunto das relações sociais capitalistas que começavam a se instalar. Chegando a conclusões que limitam às reivindicações camponesas ao direito instituído e não compreendendo que a noção de uso da terra dos camponeses em um primeiro momento não estava vinculada à necessidade de integração ao mercado capitalista e às noções de cidadania instituídas no direito moderno.

Segundo Sebastião de Barros Abreu a organização dos posseiros se deu sob condições em que esses se encontravam dispersos em suas roças e amesquinados nas suas preocupações cotidianas. Esses representariam o atraso, no qual, a intervenção do Partido Comunista é fundamental para que haja revolta (ABREU, 1985, p. 50-56). O que é uma contradição do autor, já que ele mesmo, destacou as condições de solidariedade criada pela ameaça de expulsão da terra.

A ameaça de uma invasão iminente, sempre prometida pelos grileiros, não impedia que a vida seguisse o seu curso normal no povoado. Os dias eram alegres e agitados. Os camponeses haviam descoberto o espírito de comunidade, a ameaça de perder as terras criara entre eles um forte sentimento de solidariedade. Aboliram espontaneamente de seu vocabulário as palavras “senhor” e “senhora” e se dirigiam uns aos outros como “compadres” e “comadres” (ABREU, 1985, p. 23).

Essas condições teriam levado o Partido Comunista a acreditar no potencial dos posseiros e se juntar a revolta armada precipitada por eles. No entanto, é o próprio Sebastião de Barros Abreu que afirma que os camponeses não tinham no seu horizonte fazer a reforma agrária para os outros, querendo demonstrar a abrangência limitada das manifestações camponesas, porém ignorando as condições específicas do movimento (ABREU, 1985, p. 82). O que os impedia de agir como um grupo de guerrilheiros que seriam a vanguarda de uma revolução agrária. Nesse caso fala a concepção estatizante do ex-membro do PCB que encara as recomendações de José Porfírio a que aqueles que queriam terra precisavam lutar por ela como omissão diante dos que vinham pedir ajuda para proteger suas terras (ABREU, 1985, p. 82).

Todavia, o contato com homens já razoavelmente conscientizados, como Geraldo Marques, Tibúrcio e Suarão, e com intelectuais e operários de Goiânia levou os posseiros, ao fim de algum tempo, a encarar o problema da terra com muito maior abrangência. A luta em defesa das posses já era vista por muitos como necessária, sem dúvida, mas cujo êxito somente se completaria num contexto de medidas de caráter nacional contra o latifúndio e a espoliação estrangeira (ABREU, 1985, p.82-83).

Nessa historiografia e relato memorialístico a passagem de uma consciência local, limitada e atrasada para uma consciência nacional, ampla e avançada se deve a ação de agentes externos ao campesinato. Então, há a necessidade de situarmos essa obra como produto de um ex-militante do Partido Comunista Brasileiro que não havia abandonado sua caracterização convencional do campesinato. Daí a importância que toma nas suas explicações aspectos como os manifestos do partido. Um exemplo é que o Manifesto de Agosto de 1950 é considerado pela maioria dos autores que discutiram Trombas e Formoso como uma das manifestações mais avançadas do Partido Comunista Brasileiro. Na história dessa agremiação política seria o ápice a que se chegou em termos de radicalidade política, superando as propostas conciliadoras com outras classes, e indicando a tomada do poder como única saída (ABREU, 1985, p.81).

Não endossamos as análises que atribuem ao Manifesto de Agosto de 1950 um caráter revolucionário de ruptura com a política de conciliação de classes e tomada imediata do poder. Na história do Partido Comunista Brasileiro haveriam muitas críticas a esse manifesto, que, inclusive, atribuem às ações motivadas por ele dentro do partido o

caráter de principismo e imediatez, como faz Antônio Carlos Mazzeo (1999). De modo que a atuação dos membros do partido no campo nesse período, após alguns anos, tenha sido taxada de espontaneísmo e sectarismo. Entre essas experiências está os acontecimentos de Trombas e Formoso. Enquanto nossa crítica ao manifesto é por seu limite na compreensão da realidade brasileira e a manutenção da aposta na aliança com uma burguesia supostamente “nacionalista” e “anti-latifundiária”.

Na historiografia sobre Trombas e Formoso um aspecto comum é a visão que só reconhece como plenamente política as formas tradicionais de manifestação. Porém, Abreu já destacava que na revolta houve um momento dos posseiros no poder que foi interrompido devido a um acordo do Partido Comunista Brasileiro com o governador de Goiás (ABREU, 1985, p. 93).

Na historiografia de Sebastião de Barros Abreu se deu passos importantes que questionaram a participação do partido em Trombas e Formoso. No entanto, não foi superado o pragmatismo realista que constatamos também nas expressões literárias sobre esses acontecimentos. A concepção restritiva de que o partido é o elemento modernizador responsável pela conscientização do campesinato foi mantida na obra de Sebastião de Barros Abreu. Teria sido o contato com os homens conscientizados do partido que levou os camponeses à conscientização (ABREU, 1985, p. 82-83).

Segundo Abreu a direção da Associação de Lavadores demonstrava uma confiança incomum nas “massas”.

Os dirigentes da Associação, numa demonstração de confiança nas massas, exigiam que lhes fossem enviados não só os jornais favoráveis à causa dos posseiros, mas também todos aqueles que veiculavam as mais deslavadas mentiras e ameaças dos grileiros (ABREU, 1985, p.73).

Essa afirmação demonstra que em Trombas e Formoso o que ele chamou de “dirigentes da associação” teve um comportamento que não procurava impedir que as mensagens na imprensa sobre o movimento chegassem aos posseiros. Com isso, o autor diferencia a prática desses “dirigentes” da adotada nos países “socialistas”. Mas não discute a composição social diferenciada da direção, pois essa era composta na sua maioria por

posseiros e alguns membros do PCB, reforçando a idéia de que a direção era o grupo responsável pelo gerenciamento da conscientização que como demonstramos ele atribuí ao partido. O que, então, só é possível se tiver ignorado a presença dos camponeses na direção da associação.

Nessa citação acima o autor nos possibilita suspeitarmos que havia uma base social crítica e indisposta a manipulação. Pois, com o volume de informações contra os posseiros e “as mais deslavadas mentiras e ameaças dos grileiros” esses poderiam se sentir coagidos a não reagir e buscar outras alternativas. Porém, não foi o que ocorreu e por isso ainda hoje falamos naqueles acontecimentos de Trombas e Formoso. Somente um campesinato muito pouco afeito aos caracteres que geralmente lhes são atribuídos, atrasados, amesquinados, isolados etc. poderia agir como agiu diante daquelas informações. A existência desses camponeses indispostos a manipulação não teria levado à cisões entre o partido dirigente apresentado por Abreu e a base social que supostamente dirigia? Quanto a isso *Trombas- A Guerrilha de Zé Porfírio* se cala. O livro só atesta os conflitos entre membros do Partido Comunista no local do conflito, o Comitê Estadual e o Comitê Central (ABREU, 1985, p. 79).

Sebastião de Barros Abreu dedica um capítulo, “os posseiros no poder”, para descrever como esses teriam exercido ali o seu “poder social”. No entanto, o autor teria ignorado a novidade daquela prática ao circunscreve-la a termos que são característicos da política institucional (prefeito, poder executivo, poder judiciário etc). Enquanto remontavam à práticas sociais que demonstram como de uma revolta espontânea avançou-se a uma revolta autônoma que não chegou à autogestão social. Justificando muitos falarem na formação de uma “república” ou “comuna” na região nesse período e o tema de Trombas e Formoso chamar a atenção de tantos pesquisadores em um momento de descrédito quanto às formas de organizações políticas tradicionais.

Então, por mais que o camponês tenha como interesse imediato garantir a posse da terra em Trombas e Formoso naquele contexto o impacto era muito mais profundo do que teríamos na atualidade quando o capitalismo está plenamente consolidado. Tanto que durante um curto espaço de tempo esses camponeses tiveram o controle sobre a produção e



a circulação do produto do seu trabalho. A partir de algumas críticas em *Trombas- A Guerrilha de Zé Porfírio* e devido o autor ter se ocupado dessa questão do posseiro no poder é possível que as futuras produções historiográficas venham acrescentar novos elementos na elucidação daqueles acontecimentos.

### **3.2- MARIA ESPERANÇA FERNANDES CARNEIRO- A LUTA CONTRA A EXPANSÃO DO CAPITALISMO**

A historiadora Maria Esperança Fernandes Carneiro na sua dissertação de mestrado na Universidade Federal de Goiás, *A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso* (1988), critica o partido na sua relação com os camponeses a partir de entrevistas com os envolvidos na revolta. Porém, continua a pautar-se na perspectiva restritiva quanto à participação política dos envolvidos. Sustentando que o camponês seria capaz de reivindicações imediatas, luta econômica, somente os partidos, sindicatos etc transformariam essas reivindicações em uma luta política, que, se propõe à tomada do Estado.

No entanto, seu trabalho nos dá importante contribuição ao apresentar-nos no primeiro capítulo uma discussão sobre o contexto abrangente de expansão do capitalismo ao campo, a formação do latifúndio e a luta dos camponeses contra a sua proletarização. Compreendendo a manutenção do latifúndio no Brasil, como inerente à própria lógica do capitalismo, ao contrário das explicações que apontavam esse como empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas e a criação de uma economia propriamente capitalista, como por exemplo o PCB. O que nos ajuda a compreender que naquele momento as lutas dos posseiros de Trombas e Formoso contra a expropriação da renda da terra era um entrave ao avanço do capital.

No momento em que Carneiro escreveu era um consenso a idéia de que em Trombas e Formoso teríamos um primeiro momento de luta econômica, imediatista, pré-política e depois através da mediação do partido e outros grupos, tornaria-se uma luta política (CARNEIRO, 1988, p. 34). Na atualidade, compreendendo o sentido da luta contra

a expropriação da renda da terra e a especificidade de um capitalismo afeito a uma estrutura agrária latifundiária, nos damos conta que a luta pela posse da terra tem um significado muito mais profundo do que geralmente costumamos identificar. Portanto, não seria a mediação do partido que teria feito essa luta ser alçada a condição de política, mas às relações sociais de resistência à expropriação da renda da terra, se contrapondo ao capitalismo.

Nessa obra a partir de relatos dos camponeses a autora atribui a luta armada a iniciativa individual de José Porfírio e a organização desta ao Partido Comunista Brasileiro (CARNEIRO, 1988, p. 116-117). Na realidade a partir das informações dadas pelo próprio Sebastião de Barros Abreu podemos concluir que a luta armada pode ser justificada pelos motivos tradicionais que levavam o camponês a reagir armado à expropriação, por se tratar de homens e mulheres que ao longo de toda a vida, até ali, nunca haviam tido tantos motivos para se fixarem naquela condição e devido ao crescimento do campesinato em auto-organização em todo o Brasil.

O que não impossibilita que em Carneiro encontremos críticas contundentes ao partido feita por membros que atuavam por ele em Trombas e Formoso. Geraldo Marques, por exemplo, critica a intervenção de pessoas de instâncias externas do partido no local dos conflitos. Enquanto no depoimento de José Ribeiro, também membro do partido, temos o conflito armado justificado a partir da violência dos grileiros. Ao mesmo tempo em que teria sido essas condições responsáveis pelos camponeses reconhecerem a necessidade de união, a organização ou “paternidade” da luta teria sido assumida pelo PCB (CARNEIRO, 1988, p. 120).

Essas entrevistas transcritas por Carneiro podem ser consideradas como elementos fundamentais na constatação do conflito vivido por homens e mulheres que às vezes se viam divididos entre às demandas internas da luta, inclusive da sua origem camponesa, e às demandas externas vindas de outras instâncias do partido. Então, se por um lado os depoimentos na obra de Carneiro atestam o partido como assumindo a “paternidade” da causa por outro abre caminhos na compreensão de uma dissonância entre às intervenções pecebistas e os valores tradicionais camponeses (CARNEIRO, 1988, p. 120-121).

Havia o interesse do partido em recrutar membros a partir das reivindicações dos camponeses de Trombas e Formoso (CARNEIRO, 1988, p.128). Esse interesse pode ser caracterizado como pretensamente o elemento político da Revolta, aquilo que à vincularia ao projeto de “Revolução Brasileira” do PCB, enquanto o camponês estaria interessado restritamente na posse da terra. O que seria para alguns a comprovação de que o campesinato só tem condições de elaborar projetos pré-políticos e imediatistas. No entanto, a situação se inverte se desvelamos esse projeto de revolução em etapas do partido como a luta pela transformação de relações “feudais”, “semi-feudais” em relações capitalistas. Enquanto, os camponeses na luta pela posse da terra conseqüentemente reagiam contra a expropriação da renda da terra.

Na periodização feita por Maria Esperança Fernandes Carneiro destaca-se que para a autora teria sido o PCB quem organizou a resistência (CARNEIRO, 1988; 128-146). Havendo um breve momento de trégua entre posseiros e grileiros no período de maio de 1956 a fevereiro de 1957. Tendo ocorrido uma cisão entre os membros do partido em Trombas e Formoso e o Comitê Estadual/Nacional (CARNEIRO, 1988, p. 154-157). Inclusive, tensão na região entre 1958-1963.

Há, ainda, um outro elemento na historiografia de Carneiro que atesta a adoção por parte dos trabalhadores rurais de Goiás da bandeira pela “Reforma Agrária Radical”. Essa adesão teria se inspirado em experiências como as de Trombas e Formoso e manifestada no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, em 1961 (CARNEIRO, 1988, p. 173). No entanto um aspecto que precisamos aprofundar é como Trombas e Formoso, que segundo Paulo Ribeiro da Cunha contou com membros do partido devido a motivação gerada pelo Manifesto de Agosto de 1950, passou a ser símbolo de algo não desejado pelo Partido Comunista Brasileiro que posteriormente veio a rotular essas ações na sua história como esquerdistas e sectárias. Nesse período do Congresso em Belo Horizonte (1961) eram as Ligas Camponesas quem defendia essa bandeira enquanto o PCB era pela reforma dentro da legalidade.

Enquanto o PC, a partir principalmente de [19]58, considerava viável a reforma agrária gradual e pacífica sob o patrocínio do Estado, a direção de um setor das Ligas

orientava-se para a passagem do confronto político ao militar, entendendo que as transformações sociais no campo só poderiam ocorrer através da reforma agrária radical (GUIMARÃES, 1988, p. 105)

Quais os motivos da repressão violenta a Trombas e Formoso após o golpe de 1964? Sem dúvida, o governo golpista poderia alegar a defesa da soberania nacional ao preservar o território da formação de uma ditadura soviética e a garantia da Segurança Nacional. Já que no período da Guerra-Fria o espectro do “comunismo” serviu muito à defesa do Estado dos interesses das classes dominantes. No entanto, além desses aspectos é necessário considerar que mesmo com o Partido Comunista Brasileiro tendo sido um agente de mediação vinculado ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro de tipo nacional-desenvolvimentista e colaborado na desestruturação das relações sociais horizontalizantes dos Conselhos de Córregos e da Associação de Lavradores. Um dos motivos para a repressão teria sido o que aquela revolta alguns anos antes do golpe representara para o campesinato brasileiro ao despertar homens e mulheres para a possibilidade de se organizar em formas que se horizontalizavam contra a verticalização de uma sociedade dividida em classes sociais.

Em 1964 a situação na região já estava “pacificada” e o próprio partido colaborou na integração político-institucional do movimento ao governo Mauro Borges e desestruturação das relações sociais que haviam se estabelecido em Trombas e Formoso. Foram secundarizadas as formas de auto-organização criadas pelos revoltosos de Trombas e Formoso em nome da representatividade do deputado José Porfírio, da sindicalização, da aliança com a burguesia “progressista” brasileira e da negação ao “sectarismo” e “principismo” do Manifesto de Agosto de 1950. Com isso, passava a ser assunto de historiadores a grande novidade que aqueles acontecimentos representavam e os militares na expectativa de empreender a modernização autoritária desejada pela burguesia brasileira precisavam destruir o que havia sido conquistado, como a divisão das propriedades, por exemplo, e afastar o risco de que Trombas fosse lugar de recrutamento de guerrilheiros contra a repressão militar.

### **3.3- PAULO RIBEIRO DA CUNHA- UMA HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA REVOLTA CAMPONESA DE TROMBAS E FORMOSO**

O artigo *Redescobrimo a História: A República de Trombas e Formoso* e o livro *Aconteceu Longe Demais- A Luta pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)* de autoria de Paulo Ribeiro da Cunha respectivamente de 1997 e 2007 são trabalhos historiográficos que se contrapõem, entre as linhas que estudam às revoltas camponesas, a

uma dessas linhas, muito corrente, [que] procurou desqualificar a intervenção dos comunistas como indutores dessas lutas, reduzindo a atuação de seus militantes e do Partido a uma intervenção desmobilizadora, um absurdo completo (CUNHA, In: Entrevista ao Portal Vermelho, 2007).

Tanto nesse artigo como no livro o autor empreende seus trabalhos nesse sentido e vincula-se a uma concepção que faz da sua historiografia a sistematização da presença do Partido Comunista Brasileiro nos acontecimentos de Trombas e Formoso. Sem dúvida, a primeira característica a destacar é que os seus trabalhos aqui analisados nos aproxima da complexidade do contexto de intervenção do partido no movimento camponês. Portanto, questões que não se colocavam somente a Trombas e Formoso mas à realidade brasileira. Com isso, situa-nos quanto as determinações da política interna do partido e seus projetos mais amplos, como a “Revolução Brasileira”, por exemplo.

Um segundo aspecto a destacar é o trabalho historiográfico em si, ou seja, a utilização de um grande número de fontes e informações sobre a história do Brasil e sobretudo a esquerda institucional. Essa preocupação desse historiador possibilitou que pudéssemos reconhecer as variações internas ao Partido Comunista Brasileiro. Há também uma ampla bibliografia acerca das discussões sobre o campesinato e o diálogo com autores indispensáveis nas discussões acerca do assunto, como por exemplo, Karl Kautsky, Gramsci, Eric. J. Hobsbawm, Octávio Ianni, José de Souza Martins, entre outros.

A declaração de Paulo Ribeiro da Cunha acerca das leituras sobre a história do campesinato que apresentam a atuação dos membros do Partido Comunista Brasileiro como uma ação desmobilizadora e sua afirmação em entrevista onde equipara os projetos “populares” ao dos setores nacionalistas das forças armadas são sintomáticas de uma visão estatizante de mundo<sup>6</sup>; “Há uma desconfiança entre militares e movimentos sociais. Pretendo fazer um estudo para demonstrar que tanto as Forças Armadas quanto os movimentos populares estão na mesma perspectiva de um projeto de nação” (CUNHA, In: Entrevista ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007).

Sua interpretação das fontes estará então mediada por esse visão de mundo estatizante que representa. Levando-o afirmar que os trabalhos de Carneiro, Amado, Abreu, Godoy Garcia, Carmo Bernardes, Bernardo Élis, contabilizariam todos os erros históricos ao PCB e se propor a fazer uma “análise crítica” que recupere as dificuldades de intervenção naquele contexto (CUNHA, 2007).

Não se deve negar que o objetivo fundamental que traçara para seu trabalho foi realizado. O que faz chamando a atenção para as condições objetivas e limitadoras que se tinham para a ação do partido. Enquanto, segundo ele, outros já haviam contabilizado os equívocos a esse e desconsiderado as dificuldades que se colocavam. Tanto que apresenta o Manifesto de Agosto de 1950 como a ruptura com uma proposta de conciliação de classes e a adoção de uma explosiva proposta à esquerda de assalto ao poder onde a Revolução Chinesa seria a referência de que o campo deveria cercar a cidade. Levando o PCB a apoiar essa linha política já que estava na ilegalidade, desde 1947 (CUNHA, 1997, p. 83).

Destaca a singularidade da experiência de Trombas e Formoso e da influência da CANG, da luta legal (Firmino/Porfírio) e do entusiasmo que o Manifesto de Agosto provocou nos membros do partido. Os levando a decidir pela adesão a conflitos como os de Trombas e Formoso. Onde o “núcleo hegemônico”, pessoas do partido em Trombas e

---

<sup>6</sup> “Ela [visão do mundo] é o sistema de pensamento que, em certas condições, se impõe a um grupo de homens que se encontram em situações econômicas e sociais análogas, isto é, a certas classes sociais” (GOLDMANN, 1967, p. 73). Essa relação entre obra e visões de mundo nunca é mecânica. São numerosas e variadas as mediações entre seu pensamento e a realidade econômica. Porém, essa visão de mundo nunca está fundamentada no que se entende por neutralidade. Não abandonando o marxismo a concepção de uma visão correta da realidade mas atribuindo sua possibilidade aqueles que partem do ponto de vista da classe explorada que é a quem interessa encontra-lá.

Formoso, passou a criar formas de mobilização mais amplas. Tratando-se de um grupo bastante criativo e que se diferencia de outras intervenções do PCB (CUNHA, 1997, p. 86). A Revolução na ordem do dia seria a concepção do Manifesto de Agosto e reafirmado pelo IV Congresso. Trombas e Formoso teria levado a criação de um clima de que era possível a revolução e mobilizado outros setores da sociedade (CUNHA, 1997).

Uma leitura atenta do Manifesto de Agosto de 1950, tão revolucionário para Sebastião de Barros Abreu como para Paulo Ribeiro da Cunha, continua afirmando a necessidade de uma Frente Democrática de Libertação Nacional. Tendo como principais inimigos o imperialismo norte-americano e o latifúndio responsável pelo atraso da economia nacional (CHACON, 1998, p.353-369). Desse modo as portas continuavam abertas para a conciliação entre as classes que tivessem um viés nacional-desenvolvimentista. Não havendo grandes rupturas com relação ao período anterior.

No artigo e no livro o autor apresenta como motivos para a não intervenção com mais intensidade na região o apoio angariado por José Porfírio que como estratégia do partido teria tomado a visibilidade da luta e secundarizado o partido, o apoio de parlamentares estaduais e federais que eram oposição à situação comandada pelo PSD, a Igreja Católica ter se calado sinalizando que estava dividida e a preocupação em transferir a capital federal para Goiás, impedindo o massacre. Assim como a resistência armada dos camponeses, a rede de solidariedade formada em outras cidades e o apoio conseguido da opinião pública, o apoio de setores médios da burocracia do estado, a mobilização de estudantes, intelectuais e profissionais de outras categorias e o acordo entre parte da direção do PCB e setores do governo.

O destaque a esses aspectos foi uma das contribuições da obra desse autor que não devem ser negligenciadas pelos que posteriormente pesquisarem sobre Trombas e Formoso. Em *Redescobrimo a História: A República de Trombas e Formoso* ele posiciona-se afirmando que a Associação dos Lavradores teria sido criada antes dos Conselhos de Córregos. Essa é uma das questões pouco claras quanto a Trombas e Formoso. Sua elucidação é fundamental para a compreensão da relação entre partido e camponeses.

Em *Redescobrimo a História: A República de Trombas e Formoso* os impasses e tensões são apresentados como devidos a quebra do isolamento e a integração político-institucionais. Situação em que o Partido Comunista Brasileiro através do seu Comitê Central redefine suas posições enquanto os membros do PCB em Trombas e Formoso definem-se pela aproximação ao governo Mauro Borges. As mudanças a nível nacional se deviam em muitos aspectos à crise provocada pelo XX Congresso do PCUS que leva à redefinição da sua aliança com o campesinato. A tarefa fundamental passa a ser a “eleição” sob influência da Declaração de Março de 1958 (CUNHA, 1997, p.96).

No livro *Aconteceu Longe Demais- A Luta pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)* o autor apresenta sua preocupação quanto ao descompasso entre a atuação dos membros do partido no local dos conflitos e as diretrizes traçadas pelo Comitê Estadual, o que daria uma dinâmica própria ao movimento de Trombas e Formoso. Na leitura que faz dos acontecimentos quem determina a lógica desses é a ação do Partido Comunista Brasileiro mas esse não é apresentado pelo autor como um bloco monolítico, porém, nas suas diversas interfaces e conflitos internos.

Na sua introdução recorda a necessidade do povo estar organizado sendo sujeito da sua história. No entanto, no seu embate com as leituras que apontam a ação desmobilizadora dos membros do Partido Comunista Brasileiro o que se pode concluir é que não aceita a possibilidade de que essa organização possa ocorrer por outros meios que não incluam o partido como vanguarda. Tanto que o autor começa discutindo a questão do movimento social político e pré-político<sup>7</sup>. Dá passos no sentido de criticar essa vinculação pejorativa do camponês às manifestações pré-políticas mas ao longo da sua obra recua desse objetivo.

---

<sup>7</sup> Paulo Ribeiro da Cunha discute as posições de Eric J. Hobsbawm, Lênin e Octávio Ianni. Os dois primeiros reconheceriam a necessidade de agentes externos, o camponês por seu universo local e a estrutura econômica trade unionista da sua consciência. Ele reconhece que essa visão do camponês era um empecilho para a compreensão política dele como agente de uma rebelião em contexto ampliado. Então, utiliza as contribuições de Octávio Ianni para criticar a perspectiva que vê o camponês a partir das limitações do seu modo de produção o subordinando ao proletariado. Daí, apresenta como alternativa a esses problemas a obra de Chayanov por acrescentar à discussão a superestrutura e Gramsci por revalorizar a aliança operário-camponesa.



A historiografia que tivemos acesso através de Paulo Ribeiro da Cunha nos dá significativas contribuições quanto àqueles acontecimentos. Porém, o partido não é caracterizado como agindo enquanto instituição burocrática que reproduz a sociedade na qual se formou. Daí responsabilizar o “núcleo hegemônico” pela dinamicidade da revolta agindo como gerenciador das necessidades dos Conselhos de Córregos e da Associação de Lavradores (CUNHA, 2007, p. 48) e esquivar-se dos conflitos entre camponeses e partido político. Não considerando que o projeto de “Revolução Brasileira” do Partido Comunista Brasileiro, em todas as suas matizes, tinha uma perspectiva estatizante como horizonte e ignorava a potencialidade de práticas societárias de luta contra a expropriação da renda da terra e aspectos tradicionais das práticas camponesas.

Acrescenta os argumentos de Eric Wolf onde uma rebelião camponesa toma aspecto de ação tática de ruptura se estabelecer relação com um poder externo, Franz Fanon que chama a atenção para as particularidades do campesinato e Caio Prado Júnior que teria desmistificado a existência do camponês clássico e do feudalismo no Brasil para colocar em cheque os argumentos de José de Souza Martins quanto a ausência de uma ação mobilizadora dos agentes de mediação junto ao campesinato. Crítica também a idéia de revolução democrático-burguesa e anti-feudal e o enquadramento realizado pelos teóricos das explicações a esse modelo<sup>8</sup>.

Nesse livro Paulo Ribeiro da Cunha faz críticas a Sebastião de Barros Abreu pela relativização em *Trombas- A Guerrilha de Zé Porfírio* da importância do Comitê Central e deixar em aberto a possibilidade de ter predominado a espontaneidade na revolta. Fala no aproveitamento de características comunitárias tradicionais do campesinato mas como um aspecto secundário<sup>9</sup>.

Em *Aconteceu Longe Demais- A Luta pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira* o autor considera que o líder José Porfírio não deve ser

---

<sup>8</sup> Segundo Paulo Ribeiro da Cunha a obra de Alberto Passos Guimarães seria um exemplo dessa transposição de modelos na análise da realidade brasileira. Enquanto Nelson Werneck Sodré teria tido originalidade e se afastado desse equívoco.

<sup>9</sup> São os próprios argumentos de Paulo Ribeiro da Cunha que nos possibilita compreender o aproveitamento das formas tradicionais do campesinato pelo “núcleo hegemônico” como uma forma de controle e institucionalização o que ele explica como o partido exercendo seu papel de criação da organicidade que estruturava a região e “o núcleo dinamizador e do poder de fato”.

considerado um quadro do partido por não ser capaz de pensar num horizonte amplo e estratégico de intervenção. No entanto, a trajetória institucional desse camponês e seu posterior afastamento do PCB nos possibilita afirmar a adesão desse a um projeto alternativo ao hegemônico em Trombas e Formoso, portanto a manutenção da sua individualidade contrariando a visão construída pelo autor e os setores que o consideram um instrumento do partido<sup>10</sup>.

Foi o próprio Paulo Ribeiro da Cunha que no seu artigo, em discussão nesse item, quem primeiro demonstrou as discordâncias do camponês José Porfírio quanto ao projeto de reforma agrária do PCB e sua aproximação com setores mais radicais e externos ao partido. No entanto, sua interpretação das fontes está sempre mediada pelo determinismo de que não há movimentos propriamente políticos sem que haja a ação vanguardista do partido.

Quanto ao caráter das revoluções camponesas e a questão dos mediadores o autor explica que por mais que o Partido Comunista Brasileiro incorporasse uma concepção orgânica “comunista” que pretendia atuar em todas as esferas como um bloco monolítico só se aproximara disso no início da década de 1950 no período do “arrudismo”. Em 1954 o PCB perdeu essa perspectiva de controle do Comitê Central sobre os demais comitês. O que teria impossibilitado a elaboração de um projeto revolucionário nacional que considerasse Trombas e Formoso.

Esses são alguns aspectos presentes na historiografia de Paulo Ribeiro da Cunha em sua obra indispensável no debate acerca de Trombas e Formoso. Trata-se de um trabalho densamente documentado do qual é possível partirmos para compreendermos os acontecimentos desse período da história de Goiás, do Partido Comunista Brasileiro, do campesinato etc. Sua leitura nos possibilita a interlocução com os setores do partido e as condições institucionais para a intervenção no movimento camponês.

---

<sup>10</sup> José Porfírio é em um primeiro momento um dos responsáveis pela luta armada, depois um colaborador do partido e com isso ajuda a antecipar a derrota dos camponeses para finalmente romper com esse grupo e dar indícios da compreensão dos limites da democracia representativa defendida pelo PCB. Nesses aspectos contribuíram a influência da revolução cubana em toda a esquerda latino-americana e a aproximação às Ligas Camponesas.

#### 4. MUDANÇAS NO HORIZONTE HISTORIOGRÁFICO

Neste artigo nos aproximamos de alguns aspectos fundamentais do debate historiográfico sobre Trombas e Formoso. Essa historiografia aqui comentada foi resultado de um grande esforço para a compreensão do que realmente significaram aqueles acontecimentos na vida dos homens e mulheres envolvidos e procurou guardar informações desses para as gerações que posteriormente chegaram a ouvir falar sobre eles. No entanto, não está discutido nesse artigo todos os possíveis aspectos a serem abordados e nem mesmo toda a historiografia produzida sobre o assunto.

Porém, se há um ponto comum no qual todas essas se encontram diz respeito ao destaque conferido ao papel do Partido Comunista Brasileiro nessa revolta camponesa. No entanto, novos ares começam a soprar nas discussões sobre Trombas e Formoso. Em especial, faço referência a tese de doutorado em história de Cláudio Lopes Maia (2008) intitulada *Os Donos da Terra: A Disputa Pela Propriedade e Pelo Destino da Fronteira- A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Nos levando a considerar que em pouco tempo poderemos falar em uma mudança substancial nas reflexões sobre aqueles acontecimentos. Nesse trabalho muitos aspectos chamam atenção e mereceriam ter sido aqui discutidos, assim como a dissertação de mestrado de Carlos Leandro da Silva Esteves (2007), *Nas Trincheiras: Luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) Uma Resistência Ampliada*, defendida na Universidade Federal Fluminense.

Na atualidade elas contribuem por dar destaque a formação de uma sociabilidade camponesa que não pode ser ignorada em nome da defesa de modelos apriorísticos que tomam o vanguardismo dos partidos como indispensáveis na organização dos movimentos camponeses e na criação de práticas contestatórias da sociedade capitalista existente. Esses trabalhos já deram passos fundamentais que só foram possíveis graças a contribuição da historiografia aqui comentada. Levando a que nosso trabalho e reflexões sobre Trombas e Formoso se constitua em um contexto que possivelmente a história da historiografia desses acontecimentos caracterizará como uma mudança na qual se passou a considerar aspectos que estavam obscurecidos pelas leituras estatizantes desse movimento camponês.

É importante que se diga que há várias outras obras que discutiram a revolta camponesa de Trombas e Formoso, inclusive, elas não estão restritas ao campo da historiografia. No entanto, não foram discutidas neste devido as condições técnicas exigidas por um artigo. Em especial recordamos os trabalhos da historiadora Janaína Amado, *Eu Quero Ser Uma pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil* e *O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral*, que sem dúvida são fundamentais na reflexão sobre o tema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas - A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília, Goethe, 1985.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional 1930-1960*. Goiânia, editora UFG, 2000.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, UFG, 1988.
- CHACON, Vamirech. *História dos Partidos Brasileiros*. 3º Edição, Brasília, Editora UnB, 1998.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*. Unicamp, Cadernos AEL, nº 7, 1997, Conflitos no Campo.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu Longe Demais- A Luta Pela Terra dos Posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. In: Entrevista ao Portal Vermelho, 2007.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. In: Entrevista ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.
- ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas Trincheiras: Luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) Uma Resistência Ampliada*. Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense, 2007 [dissertação de mestrado].

- GARCIA, José Godoy. *O Caminho de Trombas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de Organização Camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia, Cegraf-UFG, 1988. [Teses Universitárias n° 47]
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Portugal, Afrontamento, 1966.
- MAIA, Cláudio Lopes. *Os Donos da Terra: A Disputa pela Propriedade e Pelo Destino da Fronteira- A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2008 [Tese de Doutorado]
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4° Edição, Petrópolis-RJ, Vozes, 1990.
- MARX, Karl. *O Capital v.II*. São Paulo, Nova Cultural, 1988 [Os Economistas].
- MARX, Karl. *Para à Crítica da Economia Política: Salário, Preço e Lucro, O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2003.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada- A Política dos Comunistas no Brasil*. Marília-SP, Boitempo, 1999.